



Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	10,
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	11
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	18
7. Caixa restrito	18
8. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	19
9. Imobilizado.....	20
10. Intangível.....	23
11. Empréstimos e financiamentos.....	25
12. Tributos e encargos sociais a recolher	25
13. Encargos regulatórios a recolher	25
14. Provisões	26
15. Patrimônio líquido	26
16. Receita operacional bruta	28
17. Resultado financeiro.....	30
18. Imposto de renda e contribuição social	30
19. Transações com partes relacionadas.....	31
20. Instrumentos financeiros	32
21. Seguros	34
22. Eventos subsequentes	35
23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	35
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	42

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	204	9.160
Aplicações financeiras	6	13.581	38.487
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	8	5.608	6.045
Estoques		714	1.671
Tributos e contribuição a compensar		25	304
Serviços em curso		159	1.370
Outros		42	-
		20.333	57.037
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	254	2.592
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	8	157	152
Outros		-	1
		411	2.745
Imobilizado	9	160.513	163.174
Intangível	10	12.272	12.719
		172.785	175.893
Total do ativo		193.529	235.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Arrendamento		21	-
Fornecedores		352	358
Empréstimos e financiamentos	11	-	7.266
Tributos e encargos sociais a recolher	12	739	1.046
Encargos regulatórios a recolher	13	166	347
Partes relacionadas	19	374	194
Dividendos a Pagar		19.092	21.349
Outros		90	-
		20.834	30.560
Não circulante			
Arrendamento		123	-
Empréstimos e financiamentos	11	-	24.487
Encargos regulatórios a recolher	13	297	1.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos		656	14
Provisões	14	55	13
Adiantamento para futuro aumento de capital		7.500	-
		8.631	25.646
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	82.485	130.857
Reservas de capital		(16.680)	(16.680)
Reservas de lucros	15 (c)	77.975	65.292
Reserva de reavaliação	15 (d)	20.284	-
		164.064	179.469
Total do passivo e do patrimônio líquido		193.529	235.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2022	2021
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	16	68.790	63.243
		68.790	63.243
Tributos			
PIS		(440)	(411)
COFINS		(2.030)	(1.897)
		(2.470)	(2.308)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.579)	(1.563)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(259)	(231)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(638)	(586)
		(2.476)	(2.380)
Receita líquida		63.844	58.555
Custos e despesas			
Pessoal		(342)	(416)
Material		(4)	(43)
Serviços de terceiros		(2.441)	(2.369)
Depreciação e amortização		(7.713)	(7.248)
Seguros		(55)	(37)
Arrendamento e aluguéis		-	(38)
Tributos		(1)	(84)
Outras despesas operacionais		(1)	(10)
Gastos diversos		(73)	(85)
		(10.630)	(10.330)
Resultado da atividade		53.214	48.225
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	2.407	1.538
Despesas financeiras	17	(2.303)	(2.349)
		104	(811)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		53.318	47.414
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(2.892)	(2.440)
Diferido		4	(8)
Lucro líquido do exercício		50.430	44.966
Lucro por ação		0,611384	0,343627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	50.430	44.966
Outros resultados abrangentes	<u>20.284</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>70.714</u>	<u>44.966</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros						Total	
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados		Reserva de reavaliação
Em 31 de dezembro de 2020		130.857	(16.680)	18.819	(152.774)	175.630	-	-	155.852
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	44.966	-	44.966
Destinação do lucro									
Reserva legal	15 (c)	-	-	4.495	-	-	(4.495)	-	-
Retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	28.366	-	(28.366)	-	-
Reserva especial de lucros a realizar	15 (c)	-	-	-	-	(9.244)	9.244	-	-
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	-	(21.349)	-	(21.349)
Em 31 de dezembro de 2021		130.857	(16.680)	23.314	(124.408)	166.386	-	-	179.469
Dividendos intermediários		-	-	-	(47.868)	-	-	-	(47.868)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.430	-	50.430
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	20.966	20.966
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	682	(682)	-
Cisão parcial		(48.372)	-	(14.435)	42.966	-	-	-	(19.841)
Destinação do lucro									
Reserva legal	15 (c)	-	-	3.818	-	-	(3.818)	-	-
Retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	37.446	-	(37.446)	-	-
Reserva especial de lucros a realizar	15 (c)	-	-	-	-	(9.244)	9.244	-	-
Dividendos obrigatórios	15 (b)	-	-	-	-	-	(19.092)	-	(19.092)
Em 31 de dezembro de 2022		82.485	(16.680)	12.697	(91.864)	157.142	-	20.284	164.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	50.430	44.966
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Custo residual de ativo intangível e imobilizado baixado	42	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4)	8
Depreciação e amortização	7.713	7.248
PIS e COFINS diferidos	(19)	-
Provisão para demandas judiciais	38	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.967)	(1.503)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	2.228	2.296
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	9	23
	<u>58.470</u>	<u>53.038</u>
 (Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	2.338	253
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	432	(1.013)
Serviços em curso	1.211	(128)
Tributos e contribuições a compensar	279	(301)
Estoques	957	(929)
Cauções e depósitos vinculados	-	15
Outros	(53)	11
	<u>5.164</u>	<u>(2.092)</u>
 Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	2.004	(124)
Tributos e encargos sociais a recolher	2.027	2.365
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.334)	(1.955)
Encargos regulatórios a recolher	(1.016)	(299)
Partes relacionadas	(1.908)	(28)
Outros	180	(93)
	<u>(1.047)</u>	<u>(134)</u>
 Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>62.587</u>	<u>50.812</u>
 Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(79.973)	(51.080)
Resgates de aplicações financeiras	106.846	16.628
Imobilizado (nota 9 (b))	(2.653)	(252)
Intangível (nota 10 (b))	(43)	(223)
	<u>24.177</u>	<u>(34.927)</u>
 Fluxo de caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>24.177</u>	<u>(34.927)</u>

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)

Atividades de financiamento

Adiantamento para futuro aumento de capital	7.500	-
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 11 (c))	(31.886)	(7.055)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 11 (c))	(2.095)	(2.413)
Pagamentos de arrendamentos	(22)	-
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos (nota 15 (b))	(69.217)	-

Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (95.720) (9.468)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (8.956) 6.417

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.160	2.743
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>204</u>	<u>9.160</u>

Variação em caixa e equivalentes de caixa (8.956) 6.417

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 01 de julho de 2009, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Cisão parcial

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a transferência do contrato de concessão 143/2001, para a empresa, também controladas pela ISA CTEEP, Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. (“IEJaguar6”). A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais. A transferência do contrato de concessão foi aprovada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.077.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido, corresponde ao valor líquido contábil de R\$19.841, que resultou na redução dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão
	143/2001
Imobilizado	19.841
Capital social	48.372
Reservas de lucros	(28.531)

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da cisão parcial, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
026/2009	30	18.11.39	5 anos	2025	IPCA	52.378	06/22

Contrato nº 026/2009

Subestação Jandira em 440/138-88 kV 1200 MVA e Subestação Salto em 440/138-88 kV 600 MVA, localizadas no Estado de São Paulo.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.

Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2012.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 16.4), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 9 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 23.4).

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação:

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 14 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal (nota 15 (b)).

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos		204	1.014
Equivalentes de caixa			
CDB (a)	102,4%	<u>-</u>	<u>8.146</u>
		<u>204</u>	<u>9.160</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

(a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota 20 (c).

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes		57	12.403
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	108,8	13.448	17.065
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		<u>76</u>	<u>9.019</u>
		<u>13.581</u>	<u>38.487</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R\$254 (R\$2.592 em 2022), e refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em função da liquidação do empréstimo junto ao BNDES em 10 de dezembro de 2022 o saldo do caixa restrito foi resgatado em janeiro de 2023.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente a vencer	Corrente vencida				2022	2021
		Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	5.568	13	7	20	157	5.765	6.197
	5.568	13	7	20	157	5.765	6.197

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução do imobilizado no montante líquido de R\$19.841, conforme acervo cindido.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em 2021</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Cisão/Incorporação</u>	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depre- ciação acum.</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Saldo em 2021</u>
Transmissão											
Terrenos	3.580	-	-	-	-	-	3.580	-	-	3.580	3.580
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.067	-	-	-	32	-	7.099	32	(2.748)	4.351	4.580
Máquinas e equipamentos	212.036	-	(89)	30	26.436	(37.234)	201.179	(10.857)	(67.252)	133.927	138.804
Móveis e utensílios	9	-	-	-	-	-	9	0	(6)	3	3
Administração											
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	195	-	-	-	-	195	195	(55)	140	-
Máquinas e equipamentos	387	-	-	-	-	-	387	0	(100)	287	308
Móveis e utensílios	4	-	-	-	-	-	4	0	(1)	3	3
Subtotal	223.083	195	(89)	30	26.468	(37.234)	212.453	(10.630)	(70.162)	142.291	147.278

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2021</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Cisão/Incorporação</u>	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições líquidas = (A)- (B)+(C)</u>	<u>Depre- ciação acum.</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Saldo em 2021</u>
Transmissão											
Máquinas e equipamentos	3.535	744	-	(325)	-	-	3.954	419	-	3.954	3.535
Outros	11.421	1.777	-	(2)	-	-	13.196	1.775	-	13.196	11.421
Administração											
Máquinas e equipamentos	441	-	-	-	-	-	441	-	-	441	441
Outros	499	132	-	-	-	-	631	132	-	631	499
Subtotal	15.896	2.653	-	(327)	-	-	18.222	2.326	-	18.222	15.896
Total do ativo imobilizado	238.979	2.848	(89)	(297)	26.468	(37.234)	230.675	(8.304)	(70.162)	160.513	163.174

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

		2022		2021	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Terrenos	-	3.580	-	3.580	3.580
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,39%	7.066	(2.740)	4.326	4.580
Edificações, obras civis e benf. - Reavaliação	3,33%	33	(8)	25	
Máquinas e equipamentos	3,99%	174.743	(61.721)	113.021	138.804
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	3,35%	26.436	(5.531)	20.906	-
Móveis e utensílios	6,25%	9	(6)	3	3
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,06%	195	(55)	140	-
Máquinas e equipamentos	6,00%	387	(98)	289	308
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	6,25%		(2)	(2)	
Móveis e utensílios	6,25%	4	(1)	3	3
		212.453	(70.162)	142.291	147.278
Em Curso					
Transmissão					
		17.150	-	17.150	14.956
Administração					
		1.072	-	1.072	940
		18.222	-	18.222	15.896
		230.675	(70.162)	160.513	163.174

d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edificações, Obras civis e Benfeitorias	-	392	392
Máquinas e equipamentos	744	-	744
Desenvolvimento de projetos	-	223	223
Material em depósito	1.294	-	1.294
Total das adições	2.038	615	2.653

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) serviços vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Cisão/ Incorporação	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Transmissão Servidões	485	-	-	297	-	(782)	-	(485)	-	-	485
Administração Softwares	1.089	-	-	19	-	-	1.108	19	(1.090)	18	4
Subtotal	1.574	-	-	316	-	(782)	1.108	(466)	(1.090)	18	489

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Cisão/ Incorporação	Custo em 2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(c)	Amortização acum.	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Transmissão Servidões	12.230	-	-	(19)	-	-	12.211	(19)	-	12.211	12.230
Administração Outros	-	43	-	-	-	-	43	43	-	43	-
Subtotal	12.230	43	-	(19)	-	-	12.254	24	-	12.254	12.230
Total do ativo intangível	13.804	43	-	297	-	(782)	13.362	(442)	(1.090)	12.272	12.719

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		2022		2021	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Serviços	-	-	-	-	485
Administração					
Softwares	20,0%	1.108	(1.090)	18	4
		1.108	(1.090)	18	489
Em Curso					
Transmissão		12.211	-	12.211	12.230
Administração		43	-	43	-
		12.254	-	12.254	12.230
		13.362	(1.090)	12.272	12.719

a) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Outros Gastos	Total
Servidão	43	43
Total das adições	43	43

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de outubro de 2022, o BNDES autorizou a liquidação antecipada integral da dívida decorrente do contrato de financiamento. A liquidação financeira ocorreu em 10 de dezembro de 2022.

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2020	38.925
Pagamentos de principal	(7.055)
Pagamentos de juros	(2.413)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 17)	2.296
Saldos em 2021	31.753
Pagamentos de principal	(31.886)
Pagamentos de juros	(2.095)
Juros e variações monetárias e cambiais (nota 17)	2.228
Saldos em 2022	-

12 Tributos e encargos sociais a recolher

	2022	2021
Imposto de renda	297	542
Contribuição social	210	257
COFINS	147	168
PIS	32	36
Outros	53	43
	739	1.046

13 Encargos regulatórios a recolher

	2022	2021
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	463	1.479
	463	1.479
Circulante	166	347
Não circulante	297	1.132

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022, há demanda judicial com probabilidade de perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R\$55 mil (R\$13 mil em 2021).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui cinco ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão sendo uma de natureza cível-fundiário no valor de R\$703 mil, três ambientais no valor de R\$41 mil e uma de natureza cível-regulatório no valor de R\$311 mil, totalizando R\$1.055 mil (945 mil em 2021).

15 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 31 de março de 2023 e disponibilizadas em 04 de abril de 2023.

(a) Capital social

Com o evento da cisão parcial em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2), o capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de 82.484.967 e, em 2021 era de 130.857.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2022 totaliza R\$82.485 representado por ações ordinárias. Em 2021, a composição do capital social subscrito e integralizado totalizava R\$130.857.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Reservas de lucros

Em 31 de outubro de 2022 foi realizada a cisão parcial da Companhia (nota 1.2), que resultou na redução de Reservas de lucros no montante de R\$28.531, sendo R\$14.435 em Reserva Legal e R\$42.966 em Retenção de lucros, conforme acervo cindido apresentado em laudo de avaliação elaborado por consultoria independente.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva legal (i)	12.697	23.314
Retenção de lucros (ii)	(91.864)	(124.408)
Reserva especial de lucros a realizar (iii)	<u>157.142</u>	<u>166.386</u>
	<u><u>77.975</u></u>	<u><u>65.292</u></u>

i. Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

ii. Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Em 2022 ocorreu o pagamento de dividendos com base na retenção de lucros no montante de R\$47.868.

iii. Reserva especial de lucros a realizar

A reserva especial de lucros a realizar foi constituída com base nas demonstrações financeiras societárias, portanto a administração, considerando que o ajuste da aplicação do ICPC 01 (R1) e da adoção inicial do CPC 47 não compõe parcela realizada do lucro líquido do exercício, e sendo assim, propõe a destinação do resultado desta operação para reserva especial de lucros a realizar, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.840/2021 de março 2021, totaliza R\$39.262 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$36.302. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(=)	Total do laudo homologado	39.262
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	(2.960)
(a)	Total	36.302
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	14.671
(a) - (b)	Total da reavaliação	21.631
(c)	IR/CS diferidos	(665)
(=)	PL Reserva de reavaliação	20.966

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição	21.631
Depreciação	(703)
IR/CS diferidos	(644)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.284

16 Receita operacional bruta

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta		
Rede básica	60.391	55.662
Demais Instalações de Transmissão - DIT	8.399	7.581
	68.790	63.243

16.1 Revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
026/2009	2.826	15.12.2020	01.07.2020

A data da próxima revisão tarifária periódica da RAP da Companhia está descrita na nota 1.3.

(a) Resoluções Homologatórias nº 2.840

A Resolução Homologatória nº 2.840 publicada em 30 de março de 2021 reposicionou a RAP de reforços e melhorias da Companhia, atendendo ao Recurso Administrativo apresentado junto a ANEEL referente a Revisão Tarifária Periódica ocorrida em 2020. Os ajustes foram aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

16.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

16.4 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.067, publicada em 12 de julho de 2022, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 21/22			RAP Ciclo 22/23		RAP Ciclo 22/23
	REH 2.959 (*)	Inflação	RTP	REH 3.067	PA	RAP Ciclo 22/23
IPCA	47.227	5.540	-	52.767	(389)	52.378

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2021/2022

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2022	Total 2021
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
026/2009	6.913	37.357	(420)	-	8.497	30	52.378	47.136
	<u>6.913</u>	<u>37.357</u>	<u>(420)</u>	<u>-</u>	<u>8.497</u>	<u>30</u>	<u>52.378</u>	<u>47.136</u>

17 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	2.384	1.511
Juros ativos	2	15
Variação monetária	2	9
Outras	19	3
	<u>2.407</u>	<u>1.538</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos (nota 11)	(2.071)	(2.296)
Variação monetária	(179)	(11)
Outras	(53)	(42)
	<u>(2.303)</u>	<u>(2.349)</u>
	<u>104</u>	<u>(811)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$2.892 (R\$2.440 em 2021), que representam o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2022.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$656 no passivo refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as operações de reserva de reavaliação e sobre as diferenças de práticas contábeis da contabilidade societária e regulatória.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2022	2021	2022	2021
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	19.092	21.349	-	-
AFAC	CTEEP	7.500	-	-	-
Repasse RAP (*)	IEJ6	146	-	-	-
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	112	89	(402)	(460)
Prestação de serviços	CTEEP	116	105	(1.435)	(1.259)
		26.966	21.543	(1.837)	(1.719)

(*) Valores a serem repassados em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente aos contratos cindidos 143/2001.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A Controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Em 09 de novembro de 2022, foi assinado com sua controladora CTEEP instrumento particular de adiantamento de recurso, no valor total de R\$7.500, com prazo para conversão do adiantamento em capital em até 120 dias.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Equivalentes de caixa	2	-	8.146
Aplicações financeiras	2	13.581	38.487
Caixa restrito	2	254	2.592
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	5.608	6.045
Não circulante	-	157	152
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	-	7.266
Não circulante	-	-	24.487
Arrendamento			
Circulante	-	21	-
Não circulante	-	123	-
Fornecedores	-	454	358
Partes relacionadas	-	374	194
Partes relacionadas - AFAC	-	7.500	-
Dividendos a pagar	-	19.092	21.349

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	-	7.266
Não circulante	-	24.487
Arrendamento		
Circulante	21	-
Não circulante	123	-
Dívida total	144	31.753
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13.785	47.647
Dívida líquida	(13.641)	(15.894)
Patrimônio líquido regulatório	164.064	179.469
Índice de endividamento líquido	N/A	N/A

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.4).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 11).
- (iv) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia poderia então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2022	2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	352	-	-	-	-	352	358
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	31.753
Arrendamento	2	5	14	88	35	144	-
	<u>454</u>	<u>5</u>	<u>14</u>	<u>88</u>	<u>35</u>	<u>496</u>	<u>32.111</u>

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 01/06/24	53.156	54
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000(*)	
			<u>54</u>

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22 Eventos Subsequentes

Em março de 2023 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$7.500 em decorrência da conversão do instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital com a controladora CTEEP.

23 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	204	-	204	9.160	-	9.160
Aplicações financeiras	13.581	-	13.581	38.487	-	38.487
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	5.608	(5.608)	-	6.045	(6.045)	-
Ativo da concessão	-	45.705	45.705	-	58.898	58.898
Estoques	714	-	714	1.671	-	1.671
Tributos e contribuição a compensar	25	-	25	304	-	304
Serviços em curso	159	(159)	-	1.370	(1.370)	-
Outros	42	117	159	-	1.371	1.371
	20.333	40.055	60.388	57.037	52.854	109.891
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	254	-	254	2.592	-	2.592
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	157	(157)	-	152	(152)	-
Ativo da concessão	-	414.611	414.611	-	518.889	518.889
Estoques	-	1.501	1.501	-	207	207
Outros	-	-	-	1	-	1
	411	415.955	416.366	2.745	518.944	521.689
Imobilizado	160.513	(160.362)	151	163.174	(163.022)	152
Intangível	12.272	(12.254)	18	12.719	(12.696)	23
	172.785	(172.616)	169	175.893	(175.718)	175
Total do ativo	193.529	283.394	476.923	235.675	396.080	631.755
			2022			2021

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	352	-	352	358	-	358
Empréstimo e financiamentos	-	-	-	7.266	-	7.266
Arrendamentos	21	-	21	-	18	18
Tributos e encargos sociais a recolher	739	-	739	1.046	-	1.046
Encargos regulatórios a recolher	166	-	166	347	-	347
Dividendos a pagar	19.092	-	19.092	21.349	-	21.349
Partes relacionadas	374	-	374	194	-	194
Outros	90	-	90	-	-	-
	20.834		20.834	30.560	18	30.578
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	24.487	-	24.487
Arrendamentos	123	-	123	-	124	124
Encargos regulatórios a recolher	297	-	297	1.132	-	1.132
PIS e COFINS diferidos	-	16.602	16.602	-	19.233	19.233
IR e CS diferidos	656	13.386	14.042	14	16.216	16.230
Provisões	55	-	55	13	-	13
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.500	-	7.500	-	-	-
	8.631	29.988	38.619	25.646	35.573	61.219
Total do passivo	29.465	29.988	59.453	56.206	35.591	91.797
Patrimônio líquido						
Capital social	82.485	-	82.485	130.857	-	130.857
Reservas de lucros	77.975	257.010	334.985	65.292	343.809	409.101
Reservas de capital	(16.680)	16.680	-	(16.680)	16.680	-
Reserva de reavaliação	20.284	(20.284)	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	164.064	253.406	417.470	179.469	360.489	539.958
Total do passivo e do patrimônio líquido	193.529	283.394	476.923	235.675	396.080	631.755

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2022			2021		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	68.790	20.668	89.458	63.243	44.077	107.320
	68.790	20.668	89.458	63.243	44.077	107.320
Tributos						
PIS	(440)	(104)	(544)	(411)	(249)	(660)
COFINS	(2.030)	(484)	(2.514)	(1.897)	(1.147)	(3.044)
	(2.470)	(588)	(3.058)	(2.308)	(1.396)	(3.704)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.579)	-	(1.579)	(1.563)	-	(1.563)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(259)	-	(259)	(231)	-	(231)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(638)	-	(638)	(586)	-	(586)
	(2.476)	-	(2.476)	(2.380)	-	(2.380)
Receita líquida	63.844	20.080	83.924	58.555	42.681	101.236
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	-	-	-	-	(2.720)	(2.720)
Custos e despesas						
Pessoal	(342)	342	-	(416)	416	-
Material	(4)	(744)	(748)	(43)	(633)	(676)
Serviços de terceiros	(2.441)	(957)	(3.398)	(2.369)	(796)	(3.165)
Provisões para demandas judiciais	-	(41)	(41)	-	(223)	(223)
Depreciação e amortização	(7.713)	7.685	(28)	(7.248)	7.226	(22)

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2022			2021		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Seguros	(55)	-	(55)	(37)	-	(37)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(38)	19	(19)
Tributos	(1)	-	(1)	(84)	-	(84)
Outras despesas operacionais	(1)	-	(1)	(10)	-	(10)
Gastos diversos	(73)	(2)	(75)	(85)	1	(84)
	<u>(10.630)</u>	<u>6.283</u>	<u>(4.347)</u>	<u>(10.330)</u>	<u>6.010</u>	<u>(4.320)</u>
Resultado da atividade	<u>53.214</u>	<u>26.363</u>	<u>79.577</u>	<u>48.225</u>	<u>45.971</u>	<u>94.196</u>
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	2.407	-	2.407	1.538	-	1.538
Despesas financeiras	(2.303)	4	(2.299)	(2.349)	5	(2.344)
	<u>104</u>	<u>4</u>	<u>108</u>	<u>(811)</u>	<u>5</u>	<u>(806)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<u>53.318</u>	<u>26.367</u>	<u>79.685</u>	<u>47.414</u>	<u>45.976</u>	<u>93.390</u>
Despesas com impostos	(2.888)	(430)	(3.318)	(2.448)	(1.050)	(3.498)
Resultado líquido do exercício	<u>50.430</u>	<u>25.937</u>	<u>76.367</u>	<u>44.966</u>	<u>44.926</u>	<u>89.892</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva de O&M receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Ativo da Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

23.4 Arrendamentos

A partir do exercício 2022 a ANEEL adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso. Os impactos da adoção inicial e movimentações ocorridas estão demonstrados abaixo:

Imobilizado	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	139
Adições	22
Depreciações	(21)
Baixas	-
Total	140
Arrendamento	2022
Saldo Inicial	-
Adoção pelo MCSE em 01.01.2022	142
Adições	22
Pagamentos de principal e juros	(22)
Juros	2
Total	144

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5